

53. Gecionny Rodrigo Pinto de Souza

RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA NO BRASIL REPÚBLICA

A religião após a proclamação da República sofreu alterações significativas devido ao processo de separação entre Igreja e Estado em 1891. A Igreja Católica Romana perdeu parte do seu espaço, com a laicização do Estado brasileiro. O registro de nascimento deixou de ser feito pelos batistérios, bem como os casamentos passaram a ser civis, e os cemitérios passaram a ser públicos. Influenciados pelos valores do positivismo, da maçonaria e do protestantismo as autoridades políticas brasileiras passaram a afastar qualquer sinal da religião na esfera pública. Contudo na chamada Era Vargas a Igreja Católica Romana passou a se rearticular politicamente sua influência com a inserção do ensino religioso nas escolas públicas e do nome de Deus no preâmbulo da Constituição de 1934. Por outro lado, começa a se construir o conceito de colaboração e parceria entre Estado e Igreja por interesse público. Essa relação entre religião e esfera pública vai desenvolver-se durante a ditadura militar, que buscou nas igrejas e religiões uma base religiosa para a doutrina da segurança nacional, alimentando o repúdio ao comunismo e todas as filosofias consideradas materialistas e anti-religiosas. Com a Redemocratização, os pentecostais entram na esfera pública política marcando sua atuação pela defesa intransigente de seus valores morais. Os choques ideológicos dos religiosos e dos pentecostais em especial com os políticos chamados secularistas ou laicistas é inevitável dentro de um contexto plural em que vive o nosso país. Para analisar e ponderar os papéis sociais existentes em nossa sociedade autores como Habermas e John Rawls nos ajudam a compreender esses fenômenos.